



ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE MUNICIPAL DE TRANSPORTE E SERVIÇOS PÚBLICOS DE  
SAQUAREMA/RJ.

Modalidade: CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2022

Processo Administrativo nº 17.742/2021

Prefeitura Municipal de Saquarema  
Processo 5337 / 2022  
Data. 24 / 03 / 2022  
Fis. 02 Rubrica.

**DELURB AMBIENTAL LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 24.219.106/0001-49, doravante simplesmente denominada “DELURB”, vem, por seu representante legal, devidamente constituído na forma de seu Contrato Social, apresentar sua **IMPUGNAÇÃO**, com fundamento no artigo 41, §2º, da Lei nº 8.666/93 c/c o item 1.9 do Edital, interpor a presente

### IMPUGNAÇÃO

Ao Edital da Concorrência Pública nº 001/2022, promovida pelo Município de Saquarema, através da Secretaria Municipal de Transportes e Serviços Públicos, em razão da existência de vício em suas regras capaz de ensejar a declaração de sua nulidade, uma vez que torna restritivo o seu caráter competitivo, desobedecendo, desta forma, os ditames da Lei nº 8.666/93 e dos princípios administrativos que norteiam o processo licitatório como um todo.

Assim, a Impugnante requer ao Ilustríssimo Presidente desta d. Comissão Permanente de Licitação que receba a presente impugnação e, no mérito, dê integral provimento, conforme as razões que serão apresentadas a seguir, sob pena de, posteriormente, ser declarada a nulidade do certame.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento.

Rio de Janeiro, 23 de março de 2022.

DocuSigned by:  
André Ferraz da Silva  
Autorizado por: ANDRÉ FERRAZ DA SILVA 05322982760  
CPF: 05322982760  
Data/Hora da Assinatura: 23/03/2022 17:45:01 BRT  
  
**DELURB AMBIENTAL LTDA**  
**André Ferraz da Silva**  
**CPF 053.229.827-60**

[www.delurbambiental.com.br](http://www.delurbambiental.com.br)

DS





**Licitação:** CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2022.

**Ente Licitante:** SECRETARIA MUNICIPAL DE MUNICIPAL DE TRANSPORTE E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAQUAREMA/RJ.

**Impugnante:** DELURB AMBIENTAL LTDA.



### IMPUGNAÇÃO

### TEMPESTIVIDADE

Considerando que foi designada a data de 29.03.2022 às 10:00 horas, para abertura da Sessão Pública de Licitação. Assim, observando a disciplina contida no artigo 41, § 2º da Lei nº 8.666/93, bem como o item 1.9, do Edital, que prevê o prazo de 02 (dois) dias úteis de antecedência à data de abertura dos envelopes como termo final para apresentação de Impugnação ao Edital, isto é, **25.03.2022**, portanto, **verifica-se que o presente recurso é TEMPESTIVO.**

### I. NOTA INICIAL

A SECRETARIA MUNICIPAL DE MUNICIPAL DE TRANSPORTE E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAQUAREMA/RJ está promovendo licitação na modalidade de Concorrência Pública, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, cujo objeto é a **“CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE COLETA TRADICIONAL E CONTEINERIZADA COM TRANSPORTE DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES; COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO, TRITURAÇÃO E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS DE SAÚDE; COLETA E TRANSPORTE DE INSERVÍVEIS E VOLUMOSOS; DESOBSTRUÇÃO DE REDES E GALERIAS PLUVIAIS E REMEDIAÇÃO E OPERAÇÃO DE ATERRO CONTROLADO”**, conforme item 2, abaixo colacionado:

#### **2. DO OBJETO**

2.1 Constitui objeto do presente processo licitatório a Contratação de empresa para execução dos serviços de coleta containerizada e transporte de resíduos sólidos domiciliares feita em caminhão compactador dotado de telemetria; coleta tradicional e transporte de resíduos sólidos em caminhão compactador de 6m³; coleta, transporte, tratamento, trituração e disposição final de resíduos de saúde, incluindo o gerenciamento dos serviços; apoio à coleta seletiva; desobstrução de redes e galerias pluviais utilizando caminhão munido de equipamento para hidrojateamento combinado a sucção a vácuo; e remediação e operação de local de destinação final de resíduos sólidos, com manutenção de célula para depósito de resíduos sólidos; sistema de drenagem de águas (superficial e subterrânea), sistema de drenagem de gases e sistema de drenagem de líquidos percolados, conforme especificações constantes do Projeto Básico (ANEXO I) deste edital.





Em análise ao Edital de Convocação da aludida Concorrência, a DELURB verificou não conformidades referentes a exigências de técnicas que frustram o caráter competitivo do certame, e infringem princípios administrativos norteadores dos processos licitatórios.

Como será demonstrado a seguir, as irregularidades apontadas acima, caso não sanadas, colocam em risco o prosseguimento regular do processo licitatório e até o mesmo o próprio objeto licitado.

## II. RAZÕES DA IMPUGNAÇÃO

### III.1. ITEM 9.4.3 do Edital – Desarrazoada e Ilegal Restrição à Exigência de Biólogo, Engenheiro Ambiental ou Químico, para Responsável Técnico dos serviços de Saúde.

O documento editalício, em seu item 9.4.3, abaixo colacionado, dispõe que o Licitante deve apresentar, para fins de comprovação de sua qualificação técnica, “*Possuir em seu quadro permanente Responsável Técnico para os serviços de resíduos de Saúde*”, qual seja ele Biólogo, Engenheiro Ambiental/ ou Químico e Certidão de Acervo Técnico – CAT, em que conste Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do referido profissional, respectivamente registrada no CRBio, CREA ou CRQ de origem, com fins de evidenciar a sua aptidão para o desempenho dos serviço de coleta, manejo e transporte de resíduos urbanos e equiparados e resíduos inertes, com características pertinentes e compatíveis com as parcelas de maior relevância exigidas no presente instrumento convocatório, no item 9.4.3.

**9.4.3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL:** Prova de possuir em seu quadro permanente responsável técnico para os serviços dos resíduos de saúde, quais sejam: Biólogo ou Químico ou Engenheiro Ambiental junto ao CRBio ou CRQ ou CREA. Detentor de atestado de responsabilidade técnica, por execução de serviço de característica semelhante ao objeto desta licitação. A comprovação da capacidade técnica será feita através de certidões ou atestados (CAT), fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrados no Órgão competente, demonstrando sua aptidão por já ter executado atividade pertinente e compatível, limitadas às parcelas de maior relevância, definidas a seguir:

- Coleta e transporte resíduos sólidos domiciliares em caminhão compactador dotado de telemetria;
- Coleta, transporte, tratamento, trituração e disposição final de resíduos de serviços de saúde, incluindo o gerenciamento dos serviços;
- Desobstrução de redes e galerias pluviais utilizando caminhão munido de equipamento para hidro-jateamento combinado a sucção a vácuo;
- Remediação e operação de local de destinação final de resíduos sólidos, com manutenção de célula para depósito de resíduos sólidos; sistema de drenagem de águas (superficial e subterrânea), sistema de drenagem de gases e sistema de drenagem de líquidos percolados.





Assim, compete trazer à lume, uma observação que se denota como de suma importância para a legalidade e, consequentemente, validade do item editalício 9.4.3.

Desta forma, a retificação refere-se à não inclusão dos profissionais de engenharia civil, junto aos Biólogo, Engenheiro Ambiental ou Químico, como responsáveis técnicos constantes dos Atestados ou na CAT.

O motivo para esta inclusão, decorre de os serviços de coleta, manejo e transporte de resíduos urbanos e equiparados e resíduos inertes, conforme Anexo I, da Resolução nº 1.010/2005, do CONFEA, que dispõe sobre a regulamentação da atribuição de títulos profissionais, atividades, competências e caracterização do âmbito de atuação dos profissionais inseridos no Sistema Confea/Crea. *In verbis*:

I. CATEGORIA ENGENHARIA			
1.1 - CAMPOS DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL DA MODALIDADE CIVIL (Continuação)			
Nº DE ORDEM DO SETOR	SETOR	Nº DE ORDEM DOS TÓPICOS	TÓPICOS
1.1.6	Saneamento Básico		
	1.1.6.01.00		Hidráulica Aplicada ao Saneamento
	1.1.6.02.00		Hidrologia Aplicada ao Saneamento
	1.1.6.03.00		Sistemas, Métodos e Processos de
		1.1.6.03.01	Abastecimento de Águas
		1.1.6.03.02	Tratamento de Águas
		1.1.6.03.03	Reservação de Águas
		1.1.6.03.04	Distribuição de Águas
	1.1.6.04.00		Sistemas, Métodos e Processos de
			Saneamento Urbano
		1.1.6.04.01	Coleta de Esgotos Urbanos
		1.1.6.04.02	Coleta de Águas Residuárias Urbanas
		1.1.6.04.03	Coleta de Rejeitos Urbanos
		1.1.6.04.04	Coleta de Rejeitos Hospitalares
		1.1.6.04.05	Coleta de Rejeitos Industriais
		1.1.6.04.06	Coleta de Resíduos Urbanos
		1.1.6.04.07	Coleta de Resíduos Hospitalares
		1.1.6.04.08	Coleta de Resíduos Industriais
		1.1.6.04.09	Transporte de Esgotos Urbanos
		1.1.6.04.10	Transporte de Águas Residuárias Urbanas
		1.1.6.04.11	Transporte de Rejeitos Urbanos
		1.1.6.04.12	Transporte de Rejeitos Hospitalares
		1.1.6.04.13	Transporte de Rejeitos Industriais
		1.1.6.04.14	Transporte de Resíduos Urbanos
		1.1.6.04.15	Transporte de Resíduos Hospitalares
		1.1.6.04.16	Transporte de Resíduos Industriais
		1.1.6.04.17	Transporte de Esgotos Urbanos





Nº DE ORDEM DO SETOR	SETOR	Nº DE ORDEM DOS TÓPICOS	TÓPICOS
		1.1.6.04.18	Tratamento de Águas Residuárias Urbanas
		1.1.6.04.19	Tratamento de Rejeitos Urbanos
		1.1.6.04.20	Tratamento de Rejeitos Hospitalares
		1.1.6.04.21	Tratamento de Rejeitos Industriais
		1.1.6.04.22	Tratamento de Resíduos Urbanos
		1.1.6.04.23	Tratamento de Resíduos Hospitalares
		1.1.6.04.24	Tratamento de Resíduos Industriais
		1.1.6.04.25	Destinação Final de Esgotos Urbanos
		1.1.6.04.26	Destinação Final de Águas Residuárias Urbanas
		1.1.6.04.27	Destinação Final de Rejeitos Urbanos
		1.1.6.04.28	Destinação Final de Rejeitos Hospitalares
		1.1.6.04.29	Destinação Final de Rejeitos Industriais
		1.1.6.04.30	Destinação Final de Resíduos Urbanos
		1.1.6.04.31	Destinação Final de Resíduos Hospitalares
		1.1.6.04.32	Destinação Final de Resíduos Industriais

Como se vê, o CONFEA, responsável por determinar quais as competências e atividades podem ser prestadas pelas profissões de engenharia no Brasil, é categórico no trecho acima colacionado, impedindo margem para qualquer entendimento diverso à possibilidade de profissionais de engenharia civil serem responsáveis técnicos ou apresentarem Atestado Técnico ou CAT relacionados aos serviços ora licitados, com fins de comprovação a prévia expertise necessária para a qualificação técnica da empresa interessada na participação do certame.

Diante disso, deve-se inserir, no item editalício 9.4.3: (i) os profissionais de engenharia civil, junto com o Biólogo, Engenheiro Ambiental ou Químico, como os Responsáveis Técnicos detentores dos Atestados e CAT necessários para comprovação da qualificação técnica dos Licitantes.

### III. PRINCÍPIOS DO DIREITO ADMINISTRATIVO VIOLADOS PELO EDITAL

#### III.1. Do Princípio da Competitividade

O caput do artigo 3º, e seu §1º, da Lei nº 8.666/93, determina que as licitações regidas pelo aludido diploma, devem assegurar a seleção da proposta mais vantajosa, bem como observar os princípios norteadores das licitações públicas, dentre eles, o da competitividade, in verbis:





Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

**§ 1º É vedado aos agentes públicos:**

**I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo,** inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei no 8.248, de 23 de outubro de 1991;

**(Grifo nosso)**

Como observa a doutrina, trata-se do chamado princípio da competitividade, que determina que a Administração não pode adotar medidas ou criar regras que comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo da licitação:

“O primeiro deles é o princípio da competitividade, correlato ao princípio da igualdade. Significa que a Administração não pode adotar medidas ou criar regras que comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo da licitação. Em outras palavras, deve o procedimento possibilitar a disputa e o confronto entre os licitantes, para que a seleção se faça da melhor forma possível. Fácil é verificar que, sem a competição, estaria comprometido o próprio princípio da igualdade, já que alguns se beneficiariam à custa do prejuízo de outros” (CARVALHO FILHO, José dos Santos, Manual de Direito Administrativo. 27ª Ed. Ver, ampl. E atual. São: Atlas, 2014, p. 249).

Nesse ponto, o Tribunal de Contas da União (“TCU”) possui o entendimento de que as exigências do edital não podem ser desarrazoadas a ponto de comprometer o caráter competitivo do certame, devendo tão somente constituir garantia mínima suficiente de que o futuro contratado detém capacidade de cumprir com as obrigações contratuais. Tais exigências devem sempre ser devidamente fundamentadas, de forma que fiquem demonstradas inequivocamente sua imprescindibilidade e pertinência em relação ao objeto licitado:

“As exigências relativas à capacidade técnica guardam amparo constitucional e não constituem, por si só, restrição indevida ao caráter competitivo de licitações conduzidas pelo Poder Público.





Tais exigências, sejam elas de caráter técnico-profissional ou técnico-operacional, não podem ser desarrazoadas a ponto de comprometer o caráter competitivo do certame, devendo tão somente constituir garantia mínima suficiente de que o futuro contratado detém capacidade de cumprir com as obrigações contratuais.

08

Tais exigências ser sempre devidamente fundamentadas, de forma que fiquem demonstradas inequivocamente sua imprescindibilidade e pertinência em relação ao objeto licitado” (Acórdão 1.942/2009, Plenário, rel. Min. André Luís de Carvalho).

Como observa a jurisprudência, o objetivo das licitações é a busca do melhor contrato para a administração, pelo que toda a interpretação dos editais deve ser feita à conta de tal premissa:

“LICITAÇÃO - MANDADO DE SEGURANÇA - INTERPRETAÇÃO DE CLAÚSULAS DO EDITAL - RIGOR EXAGERADO. O objetivo das licitações públicas é a busca do melhor contrato para a administração, garantindo-se, de outro lado, a igualdade de chances aos concorrentes. Toda a interpretação de editais deve ser feita à conta de tal premissa, e, assim, a exigência do item 4. 1.2., alínea a, do Edital (fls. 10), deve ser entendida cumprida. A declaração exigida não precisa ser formulada com as exatas palavras do edital, mas sim com o conteúdo material que lhe atenda ao conteúdo. Afastado o entendimento restritivo e eivado de excesso de rigor por parte da Comissão da Licitação. Prevalência de interpretação que favoreça à maior participação. “O formalismo no procedimento licitatório não significa que se possa desclassificar propostas eivadas de simples omissões ou defeitos irrelevantes” (cf. STJ; Mandado de Segurança nº 5418; Relator: Ministro Demócrito Reinaldo). Sentença confirmada. Remessa improvida” (TRF2, REOMS nº 24729, 5ª Turma Especializada, Relator Desembargador Federal Guilherme Couto, DJU 23.03.2006). (Grifo nosso)

Nas lições de Toshio Mukai, o princípio da competitividade é fundamental na licitação, *“tão essencial à matéria que, se num procedimento licitatório, por obra de conluio, faltar a competição (ou oposição) entre os concorrentes, falecerá a própria licitação, inexistirá o instituto<sup>[4]</sup>”*.

Cumpre, ademais, dar ênfase aos comentários de Diogo Figueiredo Moreira Neto, *“a pouca preocupação com o princípio da concorrência e a excessiva ênfase com o da igualdade e o da formalidade, acabam não só reduzindo o universo dos licitantes, como se prestando admiravelmente às formas mais sutis de corrupção<sup>[5]</sup>”*.

[4] Tratado Integral, v. 1, apud., Toshio Mukai, 2004, p. 28.

[5] Revista de Informação Legislativa nº. 113 - 1992, apud Celso Ribeiro Bastos, 2002, p. 179.

DS  
PF

DocuSigned by:  
Assinado por ANDRÉ FERRAZ  
CPF: 0632286780  
Data/Hora da Assinatura: 23/03  
ICP-Brasil  
D06C1E3864A40C9CA1B8F





Luiz Alberto Blanchet acrescenta:

*O caráter competitivo é ineliminavelmente ínsito à própria essência da licitação. A preservação deste caráter não assegura apenas o direito dos administrados interessados em participar da licitação, mas também, e principalmente, resguarda o interesse público, pois se comprometida, restringida ou frustrada a competitividade, estará fatal e automaticamente eliminada a probabilidade de se obter, com a licitação, a solução mais adequada para satisfazer a necessidade pública ensejadora da licitação<sup>[6]</sup>.*

Desta forma, qualquer exigência qualitativa ou quantitativa que, de algum modo, sobre qualquer ângulo, restrinja a competitividade deve ser rechaçada, podendo, inclusive, ensejar a nulidade do certame, como já deliberou o TCU (Acórdão nº 1556/2007 – Plenário).

Nessa toada, é pacífica a jurisprudência do Tribunal de Contas da União, conforme os seguintes acórdãos:

*REPRESENTAÇÃO. LICITAÇÃO. RESTRIÇÃO À COMPETITIVIDADE. PROCEDÊNCIA PARCIAL. ANULAÇÃO. A inadequação das exigências editalícias, que atentam contra o princípio da isonomia, da legalidade, da competitividade e da razoabilidade, insculpidos no art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal de 1988, e no art. 3º, caput e § 1º, inciso I, da Lei de Licitações e Contratos, conduz à anulação do processo licitatório.*

*A inadequação das exigências editalícias, que atentam contra o princípio da isonomia, da legalidade, da competitividade e da razoabilidade, conduz à anulação do processo licitatório (TCU - ACÓRDÃO Nº. 1097/2007, REVISOR: WALTON ALENCAR RODRIGUES, DATA DA SESSÃO: 06/06/2007)*

*Rigor formal no exame das propostas dos licitantes não pode ser exagerado ou absoluto, sob pena de desclassificação de propostas mais vantajosas, devendo as simples omissões ou irregularidades na documentação ou na proposta, desde que irrelevantes e não causem prejuízos à Administração ou aos concorrentes, serem sanadas mediante diligências.(...)Entende-se por procedimento formal a vinculação do certame licitatório principalmente às leis e aos editais que disciplinam todos suas fases e atos, criando para os participantes e para a Administração a obrigatoriedade de observá-los. O rigor formal, todavia, não pode ser exagerado ou absoluto. O princípio do procedimento formal não quer dizer que se deva anular o procedimento ou julgamento, ou inhabilitar licitantes, ou desclassificar propostas diante de simples omissões ou irregularidades na documentação ou na proposta, desde que tais omissões ou irregularidades sejam irrelevantes e não causem prejuízos à*

<sup>[6]</sup> BLANCHET, Luiz Alberto. Licitação: O Edital à Luz da Nova Lei. 2ª. Ed. Curitiba: Juruá. 1994. p. 183.

DS  
27





*Administração ou aos concorrentes. Esta necessidade de atenuar o excessivo formalismo encontra expressa previsão legal no § 3º do artigo 43 da Lei 8.666/1993, que faculta 'à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da concorrência, a promoção de diligência, destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo'. Adotando-se essa medida, evita-se a inabilitação de licitantes ou a desclassificação de propostas em virtude de pequenas falhas, sem reflexos importantes, e preserva-se o objetivo de selecionar a proposta mais vantajosa. (TCU - ACÓRDÃO Nº. 2302/2012, REVISOR: WALTON ALENCAR RODRIGUES, DATA DA SESSÃO: 29/08/2012)*

10

Ora, *in casu*, a exigência prevista no item 9.4.3, do Edital, acaba por infringir o princípio da competitividade, vez que não figura como necessária para a consecução do objeto licitado, devendo o mesmo ser adequado, na forma tratada nesta peça, para fins de sua validade e legalidade, sob pena de causar a nulidade de todo o certame.

### III.2. Do Princípio da Legalidade

Quanto ao princípio da legalidade, urge discorrer que este disciplina toda atividade administrativa, denotando-se como regra geral do direito administrativo e, por conseguinte, de toda atividade licitatória.

Pode-se afirmar, com isso, que, no âmbito da licitação, o princípio da legalidade significa ser vedada à autoridade administrativa a adoção de qualquer providência ou instituição de qualquer restrição sem autorização legislativa. Por sua vez, aos licitantes, o princípio deve a ação ou prática de qualquer ato que não esteja em estrita consonância à legislação de regência.

Nessa esteira, o Superior Tribunal de Justiça assentou o seguinte entendimento:

*"A administração pública submete-se de forma rigorosa ao princípio da legalidade administrativa, não lhe sendo lícito entabular contrato administrativo sem observância das normas legais pertinentes como objeto dessa contratação, sob pena, inclusive, nulidade do contrato."*  
REsp 769.878/MG, 2ª T., rel. Min. Eliana Calmon, j. em 06.09.2007.

No tocante ao objeto desta Impugnação ao Edital, o artigo 3º, da Lei nº 8.666/93, dispõe que a licitação regida pelo aludido diploma legal encontra-se umbilicalmente condicionada ao princípio básico da legalidade, *in verbis*:

DS  
PF

DocuSigned by  
Assinado por: ANDRÉ FERRAZ DA SILVA  
CPF: 0532982780  
Data/Hora da Assinatura: 29/08/2022 11:  
ICP-Brasil  
D06C18286A44D0C8CA1B9E0F3AC





Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. **(grifo nosso)**

Neste diapasão, impossibilita-se a validade de item editalício que conflite com a Lei, bem como deve o Edital possuir todas as informações e condições mínimas necessárias para que as Partes Licitantes possam oferecer propostas sérias.

Diante disso, a Delurb ressalta e requer a readequação do Edital, para que, desta forma, estejam os mesmos sob a guarda da Lei e observância ao princípio básico da legalidade

#### IV. CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto requer a V. Sa. o seguinte:

- (a) Conhecimento da presente Impugnação e ciência para as demais licitantes, com base no artigo 41, § 2º da Lei 8.666/93; e
- (b) Acolhimento das solicitações supra, com a consequente adequação do instrumento convocatório, mediante a retificação do item 9.4.3, e a republicação do Edital, com a reabertura do prazo para entrega das propostas e realização do certame.

Rio de Janeiro, 23 de março de 2022

DocuSigned by  
André Ferraz da Silva  
Assinado por: ANDRÉ FERRAZ DA SILVA 05322982760  
CPF: 05322982760  
Data/Hora da Assinatura: 23/03/2022 17:45:05 BRT  
ICP-Brasil  
**DELURB AMBIENTAL LTDA**  
**André Ferraz da Silva**  
**CPF 053.229.827-60**

DS  
PF



**Certificado de Conclusão**

Identificação de envelope: 82445FEBDB8E487F97ADE0C9F3EB5994

Assunto: IMPUGNAÇÃO CP 001/2022 - PREF. SAQUAREMA

Obra: LICITAÇÃO

Envelope fonte:

Documentar páginas: 10

Certificar páginas: 2

Assinatura guiada: Ativado

Selo com Envelopeld (ID do envelope): Ativado

Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

Assinaturas: 2

Rubrica: 18

Status: Concluído

12

Remetente do envelope:

Fernanda Figueiredo

R Sete De Setembro, 98

Sala 605, Centro

RIO DE JANEIRO, RJ 20050-002

licitacao@delurbambiental.com.br

Endereço IP: 200.201.189.182

**Rastreamento de registros**

Status: Original

23/03/2022 10:11:54

Portador: Fernanda Figueiredo

licitacao@delurbambiental.com.br

Local: DocuSign

**Eventos do signatário**

Paulo Victor França

juridico@delurbambiental.com.br

Delurb Ambiental Ltda

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)

**Assinatura**DS  
PF

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado

Usando endereço IP: 200.201.189.182

**Registro de hora e data**

Enviado: 23/03/2022 10:15:03

Reenviado: 23/03/2022 13:12:21

Visualizado: 23/03/2022 13:12:39

Assinado: 23/03/2022 13:14:32

**Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:**

Não disponível através da DocuSign

Andre Ferraz

andres@delurbambiental.com.br

Diretor

Delurb Ambiental

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital

**Detalhes do provedor de assinatura:**

Tipo de assinatura: ICP Smart Card

Emissor da assinatura: AC SERASA RFB v5

**Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:**

Não disponível através da DocuSign

DocuSigned by:  
Andre Ferraz  
D08C1B38834A4D0...

Adoção de assinatura: Imagem de assinatura carregada

Usando endereço IP: 200.201.189.182

Enviado: 23/03/2022 17:22:02

Visualizado: 23/03/2022 17:22:53

Assinado: 23/03/2022 17:49:58

**Eventos do signatário presencial****Assinatura****Registro de hora e data****Eventos de entrega do editor****Status****Registro de hora e data****Evento de entrega do agente****Status****Registro de hora e data****Eventos de entrega intermediários****Status****Registro de hora e data****Eventos de entrega certificados****Status****Registro de hora e data****Eventos de cópia****Status****Registro de hora e data**

DocuSign

**Copiado**

Enviado: 23/03/2022 17:49:58

docusign@dimensionalengenharia.com

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)

**Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:**

Não disponível através da DocuSign



**Eventos com testemunhas**

**Assinatura**

**Registro de hora e data**

**Eventos do tabelião**

**Assinatura**

**Registro de hora e data**

**Eventos de resumo do envelope**

**Status**

**Carimbo de data/hora**

Envelope enviado

Com hash/criptografado

23/03/2022 10:15:03

Entrega certificada

Segurança verificada

23/03/2022 17:22:53

Assinatura concluída

Segurança verificada

23/03/2022 17:49:58

Concluído

Segurança verificada

23/03/2022 17:49:58

**Eventos de pagamento**

**Status**

**Carimbo de data/hora**

12



**Observação:**





Presidência da República  
Secretaria de Micro e Pequena Empresa  
Secretaria de Racionalização e Simplificação  
Departamento de Registro Empresarial e Integração  
Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Nº do Protocolo

00-2021/614490-6

30/12/2021 07:52:54

JUCERJA

Último arquivamento:

00003926212 - 31/08/2020

NIRE: 33.2.1012359-9

DELURB AMBIENTAL LTDA

Boleto(s): 103910439

Hash: 3DADB909-E66C-4498-8CD6-4B3CD44494F1

Orgão	Calculado	Pago
Junta	414,00	414,00
DREI	0,00	0,00

NIRE (DA SEDE OU DA FILIAL QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF)

33.2.1012359-9

Tipo Jurídico

Sociedade empresária limitada

Porte Empresarial

Normal

## REQUERIMENTO

Ilmo Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

### DELURB AMBIENTAL LTDA

requer a v. sa o deferimento do seguinte ato:

Código  
do Ato

02

Código Evento	Qtde.	Descrição do ato / Descrição do evento
021	1	Alteração / Alteração de Dados (Exceto Nome Empresarial)
XXX	XXX	XX
XXX	XXX	XX
XXX	XXX	XX
XXX	XXX	XX

#### Requerente

Nome:	Claudio Renato de Lima Dias
Assinatura:	ASSINADO DIGITALMENTE O Requerente DECLARA, sob sua responsabilidade pessoal, sem prejuízo das sanções administrativas, cíveis e penais, a veracidade dos documentos e assinaturas apresentados no presente processo
Telefone de contato:	2122324966
E-mail:	ezequiespindola27@gmail.com
Tipo de documento:	Digital
Data de criação:	30/12/2021
Data da 1ª entrada:	30/12/2021

Rio de Janeiro

Local

30/12/2021

Data

#### Últimos Retornos

19/01/2022

xx/xx/xxxx

xx/xx/xxxx

xx/xx/xxxx

xx/xx/xxxx

xx/xx/xxxx

xx/xx/xxxx

xx/xx/xxxx

xx/xx/xxxx

xx/xx/xxxx



00-2021/614490-6





**INSTRUMENTO PARTICULAR DE 5ª  
ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA  
DELURB AMBIENTAL LTDA.**

**CNPJ/MF: 24.219.106/0001-49**

**NIRE: 33.2.1012359-9**

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito,

**BENFOUR INVESTMENT S.A.**, sociedade anônima com sede na Rua Sete de Setembro, nº 98, cob. 04, Centro, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 23.067.767/0001-33, com seus atos constitutivos arquivados perante a JUCERJA sob o NIRE nº 33300317350 ("Benfour"), representada, neste ato, por seu Diretor Executivo, **LEANDRO ALUÍZIO SOARES DE LEMOS**, brasileiro, solteiro, administrador, portador da carteira de identidade nº 11737405-8, expedida pelo IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 085.090.247-90, residente e domiciliado na Rua Marlo da Costa e Souza, nº 185, bloco 02, apto. 1.504, Barra da Tijuca, CEP 22790-735; e

**ANDRÉ FERRAZ DA SILVA**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da carteira de identidade nº 2004105243, expedida pelo CREA/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 053.229.827-60, residente e domiciliado à Rua Sete de Setembro, nº 98, cob. 04 - parte, Centro, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, CEP 20050-002 ("André"),

na qualidade de únicos sócios da **DELURB AMBIENTAL LTDA.**, sociedade limitada com sede na Rua Sete de Setembro, nº 98, cob. 04 - parte, Centro, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, CEP 20050-002, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 24.219.106/0001-49, com seus atos constitutivos arquivados perante a Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("JUCERJA"), sob o NIRE 33210123599 ("Sociedade"),

Têm entre si, justo e contratado, alterar o Contrato Social da Sociedade e tomar as seguintes deliberações, todas por unanimidade, dispensando-se a ata de reunião de sócios, em face do disposto no §3º do artigo 1.072 da Lei nº 10.406/02 ("Código Civil");

**1. ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE**

1.1. Resolvem os Sócios eleger o Sr. **LEANDRO ALUÍZIO SOARES DE LEMOS**, brasileiro, solteiro, administrador, portador da carteira de identidade nº 11737405-8,

DS  
BM

DocuSign Envelope ID: 9559134D-DBAB-420C-82DF-0DE2C9DB86BC  
Assinado por: ANDRÉ FERRAZ DA SILVA  
CPF: 053.229.827-60  
Nome: André Ferraz da Silva  
Data/Hora da Assinatura: 17/01/2022 10:20:17  
Assinado por: LEANDRO ALUÍZIO SOARES DE LEMOS  
CPF: 085.090.247-90  
Nome: Leandro Aluízio Soares de Lemos  
Data/Hora da Assinatura: 17/01/2022 10:05:41  
DRT





expedida pelo IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 085.090.247-90, residente e domiciliado na Rua Marlo da Costa e Souza, nº 185, bloco 02, apto. 1.504, Barra da Tijuca, CEP 22790-735, para ocupar o cargo de **Diretor Executivo** da Sociedade, em substituição do Sr. **GUSTAVO DE SOUZA BRUNO** que, por sua vez, deixa de ocupar e exercer as funções de Diretor Executivo.

1.2. O Sr. **LEANDRO ALUÍZIO SOARES DE LEMOS**, expressamente declara, desde logo, para todos os fins e efeitos legais, que não está impedido, por lei especial, de exercer administração de sociedade e nem foi condenado (ou encontra-se sob efeito de condenação) (i) a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou (iii) por crime contra a economia popular, o sistema financeiro nacional, as normas de defesa da concorrência, as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade; e toma posse de seu respectivo cargo na administração da Sociedade, neste ato, mediante a assinatura do presente instrumento.

## 2. OBJETO SOCIAL

2.1. Decidem os sócios alterar o objeto social da Sociedade para incluir uma nova atividade, modificando a Cláusula Terceira do Contrato Social, que passa a vigorar com a seguinte redação:

A sociedade tem por objeto social: (i) coleta e transporte rodoviário dos seguintes tipos de resíduos: resíduos classe i - perigosos, resíduos classe ii - não perigosos, resíduos provenientes da construção civil (classes a, b, c e d), resíduos de serviços de saúde (grupos a, b, c, d e e), resíduos provenientes de reciclagem (papel, papelão, plástico, madeira, metal, vidro e borracha), resíduos provenientes de sistema de esgotamento sanitário (filtros, fossas, estações de tratamento de esgoto – ETE's, sumidouros e reatores), resíduos provenientes de portos, aeroportos, terminais rodoviários e ferroviários, resíduos sólidos urbanos, extraordinário, comercial, de varrição e poda, efluentes sanitários, efluentes industriais e chorume; (ii) prestação de serviços de limpeza pública e urbana, tais como, plantio em geral de grama, árvore, paisagismo e outros, varrição manual e mecanizada, poda, limpeza de vias urbanas com caminhão pipa com bomba de pressão; (iii) projeto, construção, reforma, obras, operação, remediação e manutenção de centro de tratamento e destinação de resíduos - CTDR, aterros sanitários, aterros industriais, aterros de resíduos de construção civil e de demolição e vazadouros, instalação e operação de autoclaves e incineradores voltados a esterilização e decomposição térmica

DS  
BM

DocuSign  
Assinado por: ANDRÉ FERRAZ DA SILVA 080902790  
CPF: 0230962706  
Papel: Diretor Administrativo  
Data e Hora de Assinatura: 11/01/2022 16:00:45  
DocuSign  
Assinado por: LEANDRO ALUÍZIO SOARES DE LEMOS 08509024790  
CPF: 08509024790  
Papel: Diretor Executivo  
Data e Hora de Assinatura: 11/01/2022 16:00:45  
ID: 31E0E150524311726CFC14ACBCD4D85





de resíduos de serviços de saúde e resíduos sólidos urbanos, operação de unidade de tratamento e beneficiamento incluindo britagem e peneiramento de resíduos de construção civil e de demolição, e de unidade de tratamento de recicláveis, de compostagem, e de triagem; (iv) gerenciamento integrado das atividades de: triagem de recicláveis, coleta de resíduos domiciliares, resíduos de limpeza urbana, compostagem aeróbica com controle de qualidade, preparação e destinação legal dos resíduos tóxicos, coleta seletiva e educação ambiental, disposição final dos rejeitos por aterramento adequado; e (v) elaboração, implantação e controle de programas de educação ambiental; (vi) atividades de controle de vetores e pragas urbanas e de limpeza e higienização de reservatório de água; (vii) obras de readequação e/ou recuperação ambiental e de prevenção contra catástrofe, inclusive reflorestamento e paisagismo; e (viii) locação e operação de veículos e equipamentos leves e pesados de uma forma geral, tais como carregadeiras, guindastes, tratores, caminhões, entre outros.

2.2. Em razão das deliberações tomadas acima, resolvem os sócios promover a ampla reforma do Capítulo III – ADMINISTRAÇÃO do Contrato Social da Sociedade, passando o mesmo a vigorar com a seguinte e nova redação consolidada:

**“CONTRATO SOCIAL DA  
DELURB AMBIENTAL LTDA.**

**CNPJ/MF: 24.219.106/0001-49**

**NIRE: 33.2.1012359-9**

**CAPÍTULO I**

**DENOMINAÇÃO SOCIAL, LEGISLAÇÃO APLICÁVEL, SEDE,  
OBJETO SOCIAL E PRAZO DE DURAÇÃO**

**Cláusula Primeira.** A Sociedade girará sob a denominação social de **DELURB AMBIENTAL LTDA.** (“Sociedade”).

**Parágrafo Único.** A Sociedade é regida por este Contrato Social, pelas disposições legais pertinentes às sociedades limitadas e, supletivamente, pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1.976 e suas alterações posteriores (“Lei das S.A.”), com exclusão de

DS  
BM





qualquer outra disposição legal comercial ou societária, de cunho não obrigatório às sociedades limitadas.

**Cláusula Segunda.** A Sociedade tem sua sede na Rua Sete de Setembro, nº 98, cob. 04 - parte, Centro, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, CEP 20050-002, podendo, por resolução dos sócios, abrir, transferir ou encerrar filiais, agências, escritórios ou outros estabelecimentos em qualquer parte do país e do exterior.

**Cláusula Terceira.** A sociedade tem por objeto social: (i) coleta e transporte rodoviário dos seguintes tipos de resíduos: resíduos classe i - perigosos, resíduos classe ii - não perigosos, resíduos provenientes da construção civil (classes a, b, c e d), resíduos de serviços de saúde (grupos a, b, c, d e e), resíduos provenientes de reciclagem (papel, papelão, plástico, madeira, metal, vidro e borracha), resíduos provenientes de sistema de esgotamento sanitário (filtros, fossas, estações de tratamento de esgoto - ETE's, sumidouros e reatores), resíduos provenientes de portos, aeroportos, terminais rodoviários e ferroviários, resíduos sólidos urbanos, extraordinário, comercial, de varrição e poda, efluentes sanitários, efluentes industriais e chorume; (ii) prestação de serviços de limpeza pública e urbana, tais como, plantio em geral de grama, árvore, paisagismo e outros, varrição manual e mecanizada, poda, limpeza de vias urbanas com caminhão pipa com bomba de pressão; (iii) projeto, construção, reforma, obras, operação, remediação e manutenção de centro de tratamento e destinação de resíduos - CTDR, aterros sanitários, aterros industriais, aterros de resíduos de construção civil e de demolição e vazadouros, instalação e operação de autoclaves e incineradores voltados a esterilização e decomposição térmica de resíduos de serviços de saúde e resíduos sólidos urbanos. operação de unidade de tratamento e beneficiamento incluindo britagem e peneiramento de resíduos de construção civil e de demolição, e de unidade de tratamento de recicláveis, de compostagem, e de triagem; (iv) gerenciamento integrado das atividades de: triagem de recicláveis, coleta de resíduos domiciliares, resíduos de limpeza urbana, compostagem aeróbica com controle de qualidade, preparação e destinação legal dos resíduos tóxicos, coleta seletiva e educação ambiental, disposição final dos rejeitos por aterramento adequado; e (v) elaboração, implantação e controle de programas de educação ambiental; (vi) atividades de controle de vetores e pragas urbanas e de limpeza e higienização de reservatório de água; (vii) obras de readequação e/ou recuperação ambiental e de prevenção contra catástrofe, inclusive reflorestamento e paisagismo; e (viii) locação e operação de veículos e equipamentos leves e pesados de uma forma geral, tais como carregadeiras, guindastes, tratores, caminhões, entre outros.

**Cláusula Quarta.** O prazo de duração da Sociedade será indeterminado.

DS  
BM

DocuSigned by  
ANDRÉ PEREIRA DA SILVA  
CPF: 0202962756  
Data Hora da Assinatura: 17/01/2022 16:00:11  
ICP-Brasil  
03609038040609CA18FEDF3A32896-0F8CE75962431175060F5H4C8C04D65

DocuSigned by  
LEANDRO ALUIZIO SOARES DE LEMOS  
CPF: 08229624702  
Data Hora da Assinatura: 17/01/2022 16:06:53 GMT  
ICP-Brasil  
03609038040609CA18FEDF3A32896-0F8CE75962431175060F5H4C8C04D65



20

Nome	Quotas	Valor
Benfour Investment S.A.	6.995.000	R\$ 6.995.000,00
André Ferraz da Silva	5.000	R\$ 5.000,00
<b>Total</b>	<b>7.000.000</b>	<b>R\$ 7.000.000,00</b>

**Parágrafo Segundo.** Cada quota da Sociedade terá direito a um voto nas deliberações sociais.

**Cláusula Sexta.** A administração da Sociedade compete ao **Diretor Superintendente**, o Sr. **ANDRÉ FERRAZ DA SILVA**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da carteira de identidade nº 2004105243, expedida pelo CREA/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 053.229.827-60, residente e domiciliado na Rua Sete de Setembro, nº 98, cob. 04 - parte, Centro, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, CEP 20050-002, observadas as disposições previstas em lei e neste Contrato Social, o qual está dispensado de prestar caução em garantia de sua gestão e terá poderes para, observados os termos deste Contrato Social, praticar todos os atos necessários ou convenientes à administração da Sociedade, sendo expressamente vedados e considerados nulos os atos lesivos ao interesse da Sociedade, que envolverem obrigações relativas a negócios ou operações estranhas ao objeto social desta ou que sejam praticados em desconformidade com o estabelecido no presente Contrato Social.





21

**Parágrafo Primeiro.** Em caso de impedimento do **Diretor Superintendente**, a administração da Sociedade caberá ao **Diretor Executivo**, o Sr. **LEANDRO ALUÍZIO SOARES DE LEMOS**, brasileiro, solteiro, administrador, portador da carteira de identidade nº 11737405-8, expedida pelo IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 085.090.247-90, residente e domiciliado na Rua Marlo da Costa e Souza, nº 185, bloco 02, apto. 1.504, Barra da Tijuca, CEP 22790-735, observados os termos deste Contrato Social, o qual está dispensado de prestar caução em garantia de sua gestão, tendo poderes praticar todos os atos necessários ou convenientes à administração da Sociedade, sendo expressamente vedados e considerados nulos os atos lesivos ao interesse da Sociedade, que envolverem obrigações relativas a negócios ou operações estranhas ao objeto social desta ou que sejam praticados em desconformidade com o estabelecido no presente Contrato Social.

**Parágrafo Segundo.** Observado o disposto no Parágrafo Primeiro da Cláusula Sexta, os Diretores estão investidos de todos os poderes de representação da Sociedade, ativa e passivamente perante pessoas naturais, empresas privadas e públicas, seja na esfera federal, estadual e municipal, incluindo todos e quaisquer órgãos e repartições governamentais a fim de assegurar o pleno desempenho do objeto social, cabendo-lhes a prática de todos os atos inerentes à administração da Sociedade, salvo os atos relacionados abaixo que deverão ser praticados, obrigatoriamente, (i) mediante assinatura conjunta do **Diretor Superintendente** com o **Diretor Executivo**; ou (ii) por um dos **Diretores** em conjunto com o representante do detentor de 75% do capital social da Sociedade, doravante denominado simplesmente “**Representante**”, desde que este não seja o **Diretor Executivo**; (iii) por um dos **Diretores** ou pelo **Representante** em conjunto com procurador especialmente nomeado conjuntamente pelos 02 (dois) **Diretores** para estas finalidades, no mesmo instrumento de mandato:

- a) contratação de empréstimos ou financiamentos de qualquer natureza;
- b) compra, aquisição, alienação, oneração ou cessão de uso de bens móveis ou imóveis que integrem o ativo da Sociedade;
- c) assinar termos de compromisso e de constituição de consórcios, bem como autorização para participação conjunta com outras empresas em empreendimentos de interesse da Sociedade;
- d) abertura, encerramento de contas bancárias, assim como a movimentação de valores via caixa ou internet;
- e) abertura e fechamento de filiais em todo o território nacional ou no exterior;

DS  
BM

DocuSigned by  
Assinado por: ANDRÉ FERRAZ DA SILVA  
CPF: 020982738  
Papel: Diretor Superintendente  
Data/Hora da Assinatura: 11/01/2022 16:00:01 GMT  
ID: 036C1826B8404C9CA18F8DF3A2056-9F8D750624317596C7E14AD2ED4D65

DocuSigned by  
Assinado por: LEANDRO ALUÍZIO SOARES DE LEMOS  
CPF: 08524624790  
Papel: Diretor Executivo  
Data/Hora da Assinatura: 17/01/2022 16:00:01 GMT  
ID: 036C1826B8404C9CA18F8DF3A2056-9F8D750624317596C7E14AD2ED4D65



- 22

a) por ato ou assinatura, isoladamente, do Diretor e; ou

DS  
BM





estabelecidos no respectivo instrumento de mandato, de acordo com o parágrafo único abaixo.

22

**Parágrafo Único.** As procurações outorgadas pela Sociedade deverão ser assinadas por 1 (um) Diretor, à exceção daquelas de que trata o Parágrafo Segundo da Cláusula Sexta, devendo ser expressamente identificados os poderes outorgados e, salvo aquelas com poderes “*ad judicium*”, terão prazo de validade determinado.

#### CAPÍTULO IV DELIBERAÇÕES SOCIAIS E REUNIÕES DOS SÓCIOS

**Cláusula Oitava.** As deliberações dos sócios serão tomadas em Reunião de Sócios, realizadas na forma prevista nesta Cláusula Oitava, salvo se outra forma for exigida expressa e obrigatoriamente por lei. A realização da Reunião de Sócios torna-se dispensável quando todos os sócios decidirem por escrito sobre a matéria que seria objeto delas.

**Parágrafo Primeiro.** As Reuniões de Sócios serão realizadas sempre que necessárias aos interesses sociais e deverão realizar-se ao menos uma vez por ano, nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, com o objetivo de:

- (i) tomar as contas dos administradores e deliberar sobre o balanço patrimonial e o de resultado econômico;
- (ii) designar administradores, quando for o caso; e
- (iii) tratar de qualquer outro assunto constante da ordem do dia.

**Parágrafo Segundo.** A convocação das Reuniões de Sócios caberá ao **Diretor Superintendente** e far-se-á por notificação escrita, carta registrada, fac-símile ou correio eletrônico endereçado aos sócios com antecedência mínima de 8 (oito) dias, contendo a data, hora, local e ordem do dia da Reunião de Sócios, sendo dispensada qualquer publicação em órgão oficial ou de imprensa. As formalidades de convocação aqui previstas ficam dispensadas quando todos os sócios comparecerem à reunião ou se declararem, por escrito, cientes do local, data e hora e ordem do dia.

**Parágrafo Terceiro.** As Reuniões de Sócios serão instaladas com a presença, em primeira convocação, de sócios titulares de, no mínimo, 3/4 (três quartos) do capital social e, em segunda convocação, com qualquer número.





24

**Parágrafo Quarto.** Quando os sócios entenderem necessário, as deliberações tomadas na reunião serão registradas por escrito, em ata assinada pelos sócios, sendo que cópia da ata será levada a registro nos casos exigidos por lei.

**Parágrafo Quinto.** Todas as deliberações ou resoluções sociais serão tomadas por sócios representantes da maioria do capital social, salvo em relação às matérias que, por força de disposições legais pertinentes às sociedades limitadas ou por força deste Contrato Social, exigirem expressamente um maior quórum de deliberação.

**Parágrafo Sexto.** Bastará a assinatura de sócio(s) representante(s) da maioria do capital social – ou representantes do quórum de deliberação legalmente exigido por força de disposições legais pertinentes às sociedades limitadas ou por força deste Contrato Social –, na Ata de Reunião de Sócios ou no Instrumento de Alteração Contratual, para que a mesma seja considerada válida e eficaz e seja providenciado o respectivo registro no órgão competente.

## CAPÍTULO V EXERCÍCIO SOCIAL E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**Cláusula Nona.** O exercício social se encerra no dia 31 de dezembro de cada ano, data em que serão levantadas as demonstrações financeiras do exercício, com observância das prescrições legais, as quais deverão ser assinadas por um dos sócios e por um contador devidamente registrado perante os órgãos competentes.

**Parágrafo Primeiro.** Observado o disposto nesta Cláusula Nona, o lucro líquido do exercício terá a destinação que lhe for atribuída em Reunião de Sócios, sendo expressamente admitida a distribuição de dividendos desproporcional à participação de cada sócio no capital social.

**Parágrafo Segundo.** A Sociedade poderá levantar balanços em períodos semestrais e/ou períodos menores, sendo dispensada sua publicação, e por deliberação dos sócios, poderá distribuir o lucro líquido apurado nestes períodos e distribuir dividendos com base nos lucros acumulados ou reservas de lucros de balanços patrimoniais anteriores.

## CAPÍTULO VI







## CESSÃO DE QUOTAS E DIREITO DE PREFERÊNCIA

25

**Cláusula Décima.** As quotas poderão ser livremente alienadas, cedidas ou transferidas de um sócio para outro, mas em caso de alienação, cessão, transferência ou oneração de quotas a terceiros, o(s) outro(s) sócio(s) terão preferência para a sua aquisição, observado o Parágrafo Primeiro abaixo.

**Parágrafo Primeiro.** A alienação, cessão, transferência ou oneração de quotas para terceiros não poderá ser realizada sem o prévio envio de comunicação ao(s) outro(s) sócio(s), respeitando os prazos para exercício do direito de preferência.

**Parágrafo Segundo.** O prazo para o exercício do direito de preferência será de até 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento da comunicação, por escrito, do desejo expresso do sócio ofertante. Se não houver exercício do direito de preferência neste prazo, o sócio ofertante poderá alienar as suas quotas para terceiro, nos mesmos termos e condições oferecidos ao(s) outro(s) sócio(s).

**Parágrafo Terceiro.** Se não houver exercício do respectivo direito de preferência do(s) outro(s) sócio(s) no prazo estabelecido, as quotas serão alocadas proporcionalmente aos demais sócios que tenham exercido o direito de preferência.

## CAPÍTULO VII DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO

**Cláusula Décima Primeira.** A Sociedade somente será dissolvida por deliberação dos sócios ou nos casos previstos em lei. Nesse caso, proceder-se-á à liquidação de seu ativo ou passivo, devendo o remanescente do patrimônio social, se houver, ser atribuído aos sócios na proporção de suas participações no capital social. Os sócios estabelecerão o modo de liquidação, cabendo aos sócios, por deliberação majoritária, nomear e/ou destituir o liquidante dentre pessoas físicas ou jurídicas de ilibada reputação residentes e domiciliadas na República Federativa do Brasil.

**Parágrafo Primeiro.** A incapacidade, falecimento, separação judicial ou divórcio, interdição, insolvência ou falência, exclusão ou retirada de qualquer sócio não implicará na dissolução da Sociedade, que continuará a existir com os demais sócios.





**Parágrafo Segundo.** As quotas do sócio retirante, incapaz, morto, excluído por justa causa, insolvente, falido, assim como as quotas que deixarem de ser de titularidade do sócio por conta de separação judicial ou divórcio, serão resgatadas pela Sociedade, mediante aplicação de lucros e outras reservas, ou por meio de redução do capital social, pelo respectivo valor de patrimônio líquido apurado de acordo com o último balanço patrimonial levantado pela Sociedade, sendo o valor das referidas quotas pagas em moeda corrente nacional ou por meio da transferência de bens da Sociedade ao ex-sócio, seus herdeiros ou sucessores, no prazo de 6 (seis) meses contados do evento.

26

## CAPÍTULO VIII EXCLUSÃO DE SÓCIOS

**Cláusula Décima Segunda.** Na hipótese de sócio(s) representando mais da metade do capital social entender(em) que um ou mais sócios estão pondo em risco a continuidade da Sociedade, em virtude de atos de inegável gravidade, poderá(ão) excluí-lo(s) da Sociedade, mediante alteração do Contrato Social nos termos do artigo 1.085 do Código Civil.

**Parágrafo Primeiro.** A exclusão somente poderá ser determinada em reunião de sócios, especialmente convocada para esse fim, ciente o(s) acusado(s) em tempo hábil para permitir seu comparecimento e o exercício do direito de defesa.

**Parágrafo Segundo.** As quotas do sócio excluído serão liquidadas pela Sociedade pelo respectivo valor de patrimônio líquido apurado de acordo com o último balanço patrimonial levantado pela Sociedade, sendo o valor das referidas quotas pagas em moeda corrente nacional ou por meio da transferência de bens da Sociedade ao sócio excluído, no prazo de 6 (seis) meses contados da data da alteração contratual que formalizar a exclusão do sócio.

## CAPÍTULO X DIREITO DE RETIRADA

**Cláusula Décima Terceira.** Os sócios poderão retirar-se da Sociedade apenas nas hipóteses expressamente previstas em lei.

**Parágrafo Único.** Na hipótese de ser exercido o direito de retirada, as respectivas quotas





27

serão reembolsadas pelo seu valor patrimonial (patrimônio líquido), que será apurado de acordo com o último balanço patrimonial levantado pela Sociedade, independentemente de sua data, sendo o valor do reembolso pago em moeda corrente nacional ou bens, no prazo de até 6 (seis) meses, contado da data da alteração do contrato social da Sociedade que formalizar a retirada.

## CAPÍTULO XI TRANSFORMAÇÃO DA SOCIEDADE

**Cláusula Décima Quarta.** A Sociedade poderá adotar qualquer outro tipo societário por meio de deliberação de sócios representando a maioria do capital social.

**Parágrafo Único.** Os sócios desde já renunciaram expressamente ao direito de retirada em caso de mudança do tipo societário.

## CAPÍTULO XII FORO

**Cláusula Décima Quinta.** Fica eleito o Foro Central da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste Contrato Social, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que possa ser.

E por estarem assim justos e contratados, firmam as partes o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito, na presença das duas testemunhas abaixo assinadas.

Rio de Janeiro, 22 de dezembro de 2021.

<p>DocuSigned by:  Assinado por: LEANDRO ALUZIO SOARES DE LEMOS:08509024790 CPF: 08509024790 Data/Hora da Assinatura: 17/01/2022 16:08:37 BRT</p> <p><b>BENFOUR INVESTMENT S.A.</b></p>	<p>DocuSigned by:  Assinado por: LEANDRO ALUZIO SOARES DE LEMOS:08509024790 CPF: 08509024790 Data/Hora da Assinatura: 17/01/2022 16:08:32 BRT</p> <p><b>LEANDRO ALUZIO SOARES DE LEMOS</b> Diretor Executivo</p>
<p>DocuSigned by:  Assinado por: ANDRE FERRAZ DA SILVA:05322982780 CPF: 05322982780 Papel: Diretor Superintendente Data/Hora da Assinatura: 17/01/2022 18:20:55 BRT</p> <p><b>ANDRE FERRAZ DA SILVA</b> Diretor Superintendente</p>	



**Certificado de Conclusão**

Identificação de envelope: 9559134DDBAB420C82DF0DE2C9DB86BC  
 Assunto: 5a Alteração Contratual - Delurb  
 Obra: Jurídico  
 Envelope fonte:  
 Documentar páginas: 12  
 Certificar páginas: 5  
 Assinatura guiada: Ativado  
 Selo com Envelopeld (ID do envelope): Ativado  
 Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

Status: Concluído

28

Remetente do envelope:  
 Paulo Oliveira  
 R Sete De Setembro, 98  
 Sala 605, Centro  
 RIO DE JANEIRO, RJ 20050-002  
 pauloo@dimensionalengenharia.com  
 Endereço IP: 200.201.189.182

**Rastreamento de registros**

Status: Original  
 17/01/2022 15:13:54

Portador: Paulo Oliveira  
 pauloo@dimensionalengenharia.com

Local: DocuSign

**Eventos do signatário**

João Mendes  
 juridico@delurbambiental.com.br  
 Delurb Ambiental Ltda  
 Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta  
 (Nenhuma)

**Assinatura**

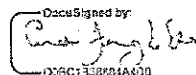

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado  
 Usando endereço IP: 189.60.225.70

**Registro de hora e data**

Enviado: 17/01/2022 15:40:35  
 Visualizado: 17/01/2022 15:57:22  
 Assinado: 17/01/2022 16:02:54

**Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:**  
 Não disponível através da DocuSign

André Ferraz  
 andres@delurbambiental.com.br  
 Diretor



Delurb Ambiental  
 Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta  
 (Nenhuma), Certificado Digital

Adoção de assinatura: Desenhado no dispositivo  
 Usando endereço IP: 200.201.189.182

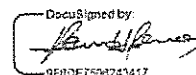
Enviado: 17/01/2022 16:02:57  
 Reenviado: 17/01/2022 18:16:27  
 Reenviado: 17/01/2022 18:17:52  
 Visualizado: 17/01/2022 18:18:30  
 Assinado: 17/01/2022 18:21:18

**Detalhes do provedor de assinatura:**

Tipo de assinatura: ICP Smart Card  
 Emissor da assinatura: AC SERASA RFB v5  
 Cargo do Signatário: Diretor Superintendente

**Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:**  
 Não disponível através da DocuSign

Leandro Lemos  
 leandroaslemos@gmail.com  
 Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta  
 (Nenhuma), Certificado Digital



**Detalhes do provedor de assinatura:**  
 Tipo de assinatura: ICP Smart Card  
 Emissor da assinatura: Autoridade Certificadora  
 SERPRORFBv5

Adoção de assinatura: Desenhado no dispositivo  
 Usando endereço IP: 187.114.96.239

Enviado: 17/01/2022 16:02:57  
 Visualizado: 17/01/2022 16:06:36  
 Assinado: 17/01/2022 16:09:26

**Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:**  
 Aceito: 15/10/2020 13:48:28  
 ID: ee609c18-aab3-4e92-8769-a7bd01429723

**Eventos do signatário presencial****Assinatura****Registro de hora e data****Eventos de entrega do editor****Status****Registro de hora e data****Evento de entrega do agente****Status****Registro de hora e data**



Eventos de entrega intermediários	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega certificados	Status	Registro de hora e data
Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data
Eventos com testemunhas	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos do tabelião	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
Envelope enviado	Com hash/criptografado	17/01/2022 15:40:35
Entrega certificada	Segurança verificada	17/01/2022 16:06:36
Assinatura concluída	Segurança verificada	17/01/2022 16:09:26
Concluído	Segurança verificada	17/01/2022 18:21:18
Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora
Termos de Assinatura e Registro Eletrônico		

29





## IDENTIFICAÇÃO DOS ASSINANTES

CERTIFICO QUE O ATO DA DELURB AMBIENTAL LTDA, NIRE 33.2.1012359-9, PROTOCOLO 00-2021/614490-6, ARQUIVADO EM 24/01/2022, SOB O NÚMERO (S) 00004736044, FOI ASSINADO DIGITALMENTE.

30

CPF/CNPJ	Nome
030.801.657-21	CLAUDIO RENATO DE LIMA DIAS

24 de janeiro de 2022.

Jorge Paulo Magdaleno Filho  
Secretário Geral



Assunto: **IMPUGNAÇÃO - CONCORRÊNCIA nº 001/2022 -  
PREF. DE SAQUAREMA - RJ**

De: Delurb - Fernanda Figueiredo <fernandaf@delurbambiental.com.br>

Para: licitacao@saquarema.rj.gov.br <licitacao@saquarema.rj.gov.br>,  
Time Q&P Delurb <timeqp@delurbambiental.com.br>

Data: 28/03/2022 09:35



Prefeitura Municipal de Saquarema

Processo 5334 122

Fls 31 Rótulo: 10

- Protocolo Impugnação.pdf (~953 KB)

Prezados bom dia!

Tendo em vista o pedido de impugnação protocolado junto ao protocolo geral desta Prefeitura no dia 24/03/2022, solicitamos a resposta desta comissão de licitação tendo em vista que o certame esta previsto para amanhã 29/03/2022.

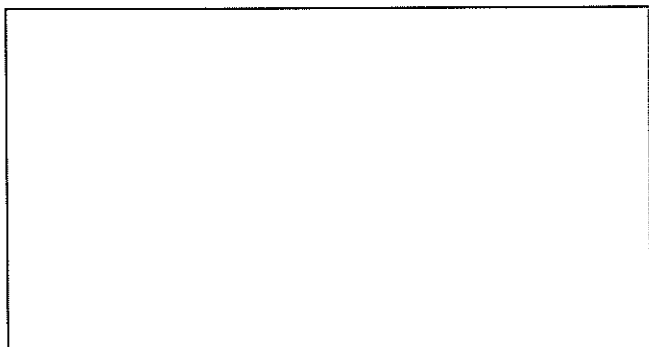
Desde já agradecemos a atenção.

--

Atenciosamente,

Fernanda Jeovani

Eng<sup>a</sup>. Civil, especialista em Eng. Ambiental e Sanitária  
Setor de Qualificação & Proposta (Q&P)  
(21) 3544-5853





**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAQUAREMA**  
**SERVICO DE EXPEDIENTE/PROTOCOLO**

Prefeitura Municipal de Saquarema

Processo 5337 / 22

Folha 32 Rótulo: (P)

**COMPROVANTE DE PROTOCOLIZACAO**

Acusamos o recebimento do processo abaixo discriminado:

**Dados do processo:**

No. Processo : **005337 / 2022 / 03**

Data Protocolo : 24/03/22

Assunto : CADASTRO IMOBILIÁRIO

Subassunto : IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

Observacao : PROCESSO NÂº 17742/2021 CONCORRENCIA PUBLICA NÂº 001/2022

Identific. WEB : **C6XC171**

**Dados do requerente:**

Requerente : DELURB AMBIENTAL LTDA

Endereco : SETE DE SETEMBRO

Numero :

Complemento. :

Bairro : CENTRO -

CEP : 22050002

**Orgão do Processo:**

Orgao : 000000001-PROTOCOLO GERAL

Data/Hora Saida : 24/03/2022-10:49:49

Situacao : 3-EM ANDAMENTO

Orgao : 000000095-LICITAÇÃO E CONTRATOS

Data/Hora Envio : 24/03/2022-10:49:50



**IMPUGNAÇÃO - CP 001/2022 - PREF. SAQUAREMA - RJ**

Delurb - Fernanda Figueiredo &lt;fernandaf@delurbambiental.com.br&gt;

Qua, 23/03/2022 17:54

Para: Dimensional - Everton Ferraz &lt;evertonf@dimensionalengenharia.com&gt;

Cc: Dimensional - Jeanne Santos &lt;jeannes@dimensionalengenharia.com&gt;

Prefeitura Municipal de Saquarema  
Protocolo 5337-1-22  
Data 29/03/2022  
Folha 02 de 02

2 anexos (6 MB)

IMPUGNAÇÃO\_CP\_0012022\_-\_PREF\_SAQUAREMA.pdf; 5ª Alteração - Jan\_22.pdf;

Prefeitura Municipal de Saquarema

Protocolo 5337-1-22

Folha 33 de 33

Boa tarde Everton,

Segue anexo Impugnação da CP 001/2022 Prefeitura de Saquarema, para ser protocolada no Protocolo Geral aos cuidados da Comissão Permanente de Licitação, situada no endereço Rua Coronel Madureira, 77 – Centro – Saquarema/RJ, das 09:30 às 16:30 horas.

Qualquer dúvida pode me ligar 21 99895-7700.

--

Atenciosamente,

Fernanda Jeovani

Engª. Civil, especialista em Eng. Ambiental e Sanitária

Setor de Qualificação &amp; Proposta (Q&amp;P)

(21) 3544-5853







Estado do Rio de Janeiro  
Prefeitura Municipal de Saquarema  
Secretaria Municipal de Gestão Inovação e Tecnologia  
Departamento de Licitação e Contratos



PREFEITURA  
SAQUAREMA  
TRABALHO E RESPEITO

930435-2 (R)

5337/22  
PROCESSO Nº 17.142/2021

FLS. 34 RUBRICA (R)

**PROCESSO DE ORIGEM Nº 17.142/2021**

**Processo de Impugnação nº. 5337/2022**

**Impugnante: DELURB AMBIENTAL LTDA.**

**OBJETO:** SERVIÇO DE COLETA TRADICIONAL E CONTAINERIZADA COM TRANSPORTE DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES; COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO, TRITURAÇÃO E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS DE SAÚDE; COLETA E TRANSPORTE DE INSERVÍVEIS E VOLUMOSOS; DESOBSTRUÇÃO DE REDES E GALERIAS PLUVIAIS E REMEDIAÇÃO E OPERAÇÃO DE ATERRO CONTROLADO

Trata o presente processo em epigrafe de apresentação de impugnação ao edital de Concorrência Pública sob o nº 001/2022, no qual tem por objeto a contratação de empresa especializada no serviço de coleta tradicional e containerização, conforme especificações contidas no Edital de Licitação.

A peça de impugnação apresentada possui 10(dez) páginas, acompanhadas de documentos acostados (procuração, IFP, Ato constitutivo).

Assim se manifesta, em síntese, em sua peça na seguinte forma:

1. alega o que foi estabelecido no item 9.4.3 do edital, ilegal restrição;
2. no pedido final requer pelo acolhimento integral de peça de impugnação.
3. É o Relatório.

Da Análise.

É de se registrar desde logo, que a peça de impugnação apresentada não alcança em sua exposição fatos e fundamentos necessários para acolhimento.

Senão vejamos:

Por oportuno, é de se registrar desde logo, que a Administração na elaboração do edital de licitação, ampara-se ao cumprimento dos princípios norteadores da Administração Pública, elucidado no art. 37, caput, da Constituição Federal de 1998, e art. 3º da Lei nº 8.666/93, especialmente no que se refere à legalidade do ato administrativo e respeito ao princípio da





Estado do Rio de Janeiro  
Prefeitura Municipal de Saquarema  
Secretaria Municipal de Gestão Inovação e Tecnologia  
Departamento de Licitação e Contratos



PREFEITURA  
SAQUAREMA  
TRABALHO E RESPEITO

930435-2 (P)

5337/22  
PROCESSO Nº 17-142/2021—  
FLS. 35 RUBRICA (P)

ampla competitividade, visto que é cautelosa no sentido de obter proposta mais vantajosa, visando garantir a eficácia e eficiência dos serviços a serem contratados pela Administração. Em relação ao questionamento quanto a exigência de Biólogo ou Químico ou Engenheiro Ambiental junto ao CRBIO, ou CRQ, ou CREA detentor de atestado de responsabilidade técnica, exigindo que seja apresentado atestado técnico devidamente averbado pela entidade competente, alega a impugnante que não pode haver limitação a profissional específico, alegando ainda, que se a entidade averbou o atestado, está comprovado que o profissional deste atestado é competente para realizar o serviço.

Ocorre que, o edital em questão cita de forma alternativa que a empresa deverá comprovar possuir profissionais numa dessas áreas, observa-se que os requisitos são alternativos e não cumulativos.

Vejamos:

O TCE-SP no TRIBUNAL PLENO – SESSÃO: 29/07/2015 no julgamento dos processos nº TC-003237/989/15-7. TC-003240/989/15-2 e TC-003265/989/15-2, a Corte entendeu ser descabido a indicação de somente um Profissional Técnico como Responsável na execução dos serviços, o TCE considerou que há outros profissionais competentes legalmente que podem exercer a responsabilidade dos trabalhos, isto é, engenheiros florestais, sanitaristas e urbanistas, nos termos da resolução CONFEA nº 218/73.

Neste contexto, exigiu-se no subitem 9.4.3 no edital a necessidade exigência de mão de obra especializada para execução do contrato, pelo fato do jurisdicionado licitar a coleta e o transporte de resíduos, além de sua destinação e que ocorrerá o gerenciamento dos resíduos por parte da empresa que ganhar a Concorrência. Tornando-se desta forma, funções cruciais ao bom e correto funcionamento do contrato.

No que tange a exigência dos atestados destes profissionais, ficou claro que o objeto da licitação requer serviços específicos de realização, intrínsecos à capacidade técnica dos profissionais a prestarem os serviços licitados. A exigência de documentação para habilitação e comprovação de capacidade técnica da empresa deve, portanto, obedecer aos critérios já estabelecidos pela legislação aplicável ao caso.

A impugnante entende que os engenheiros civis também possuem capacidade para atuar como responsável técnico do objeto da licitação. Acontece que conforme a Resolução 218, os Engenheiros civis não possuem atribuições para Serviços de coleta de resíduos hospitalares, pois estão relacionadas ao tratamento dos mesmos.





Estado do Rio de Janeiro  
Prefeitura Municipal de Saquarema  
Secretaria Municipal de Gestão Inovação e Tecnologia  
Departamento de Licitação e Contratos



PREFEITURA  
SAQUAREMA  
TRABALHO E RESPEITO

930435-20

5337/22  
PROCESSO Nº 17.142/2021

FLS. 36 RUBRICA

Quanto ao Engenheiro Ambiental, a Resolução nº 447 do CONFEA, de 22 de setembro de 2000, dispõe sobre o registro profissional do engenheiro ambiental e discrimina suas atividades profissionais. O Art. 2º diz o seguinte:

*Art. 2º Compete ao engenheiro ambiental o desempenho das atividades 1 a 14 e 18 do art. 1º da Resolução nº 218, de 29 de junho de 1973, referentes à administração, gestão e ordenamento ambientais e ao monitoramento e mitigação de impactos ambientais, seus serviços afins e correlatos.*

Sendo assim, devido à complexidade e importância dos serviços, as quais visam o interesse público, entendemos como razoável a exigência da qualificação técnico-profissional referente exigência de Biólogo ou Químico ou Engenheiro Ambiental, de modo a garantir à administração que os profissionais possuem capacidade técnica para a execução do objeto.

Assim, não se pode considerar que somente um profissional, dada as suas atribuições e o objeto licitado, seja responsável por todas as áreas.

Dessa forma, conforme é possível observar com a simples leitura do edital, as atividades licitadas são compatíveis com os serviços relacionados a área química, biológica ou engenharia ambiental, devendo, portanto, continuar sua exigência desde que não cumulativas, por serem todos competentes.

Por fim, sabe-se que as condições previstas no edital devem estar condizentes com a finalidade da licitação, e esta, por sua vez, com o interesse público, o qual exige a comprovação de qualificação técnica para fins de habilitação e futura contratação do vencedor do certame.

Logo, é fácil entendimento que não assiste razão ao alegado pela impugnante.

Por tudo isto, com a *máxima vênia*, o texto da citada cláusula editalícia é claro e atende os ditames legais e não limita a competitividade de interessados.

Assim, nos termos e fundamentos ora exposto, ficam assim, esclarecidos as questões arguidas.

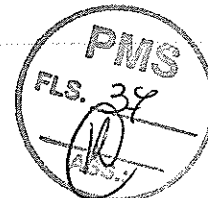
Dê ciência a interessada, via e-mail.

Saquarema, 28 de março de 2022.

Samuel Aranda Neto - Presidente da Comissão de Licitação.



Assunto: **RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO DE EDITAL - CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2022**  
De: Licitação Saquarema <[licitacao@saquarema.rj.gov.br](mailto:licitacao@saquarema.rj.gov.br)>  
Para: <[fernandaf@delurbambiental.com.br](mailto:fernandaf@delurbambiental.com.br)>  
Responder para <[licitacao@saquarema.rj.gov.br](mailto:licitacao@saquarema.rj.gov.br)>  
Responder para <[licitacao@saquarema.rj.gov.br](mailto:licitacao@saquarema.rj.gov.br)>  
Data: 28/03/2022 14:53



- Reposta a impugnacao delurb\_03282022135238.PDF (~120 KB)

Prezados, boa tarde!

Encaminho anexo resposta à impugnação protocolada, referente à concorrência pública nº 001/2022.

--

Favor notificar o recebimento do mesmo. A confirmação do recebimento pode ser enviada por e-mail - [licitacao@saquarema.rj.gov.br](mailto:licitacao@saquarema.rj.gov.br).

Agradecemos a compreensão.

Atenciosamente,

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS  
Rua Coronel Madureira - 77 - CENTRO - SAQUAREMA/RJ  
CEP: 28990-756  
Tel.: (22) 2655 - 6400 R.215.  
Nosso e-mail: [licitacao@saquarema.rj.gov.br](mailto:licitacao@saquarema.rj.gov.br)